



Determinates do comportamento eleitoral nas eleições legislativas em Moçambique 1994-2014¹⁶

Determinates of the electoral behavior in the legislative elections in Mozambique

ACRISIO PEREIRA VICTORINO

Universidade Federal do Pará - UFPA. IFCH - PPGCP. Rua Augusto Corrêa, 01, Fone/Fax: (91) 8395-8526. **E-mail:** acrisio.victorino@gmail.com

Estudante de Mestrado em Ciência Política na Universidade Federal do Pará. Graduado em Administração Pública na Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique. Atuando principalmente nas áreas de Sistema Eleitoral, Estudos eleitorais, Comportamento Eleitoral, Competição Política e Partidária.

CO- AUTOR

CARLOS AUGUSTO DA SILVA SOUZA

Universidade Federal do Pará - UFPA. IFCH - PPGCP. Rua Augusto Corrêa, 01, Fone/Fax: (91)3201-7441. **E-mail:** carlossouza@ufpa.br

Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ, Professor da Universidade Federal do Pará, onde exerce atualmente a função de Coordenador do curso Pós-graduação em Ciência Política. Desenvolve estudos na área de Estudos eleitorais, Competição Política e Partidária, Geografia Eleitoral, Produção Legislativa.

Fecha de envío: 8 de enero 2016

Fecha de aceptación: 6 de abril 2016

Resumo

O presente artigo apresenta como objetivo, analisar a influência do nível de escolaridade e pobreza na variação do comportamento do eleitorado nas eleições legislativas em Moçambique de 1994 a 2014. A pesquisa parte da evidência que há uma tendência de mudança do comportamento do eleitor ao longo das eleições já realizadas em Moçambique. Neste sentido,

¹⁶ Agradeço ao Professor Dr. Rafael da Silva da Universidade Estadual de Maringá pelas relevantes indicações bibliográficas que ajudaram na construção deste artigo, a Professora Dra. Eugênia Rosa Cabral [do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará – PPGCP-UFPA](#) do pelas preciosas sugestões

procurou-se avaliar os fatores determinantes para essa variação comportamental. A metodologia foi mista (qualitativa e quantitativa), baseada nos dados eleitorais de 1994 a 2014, relacionando com duas variáveis: nível de escolaridade e o nível de pobreza no país. Os resultados da pesquisa indicam que a variação do comportamento de eleitorado moçambicano estão relacionados com os baixos índices de escolaridades e com altos níveis de pobreza.

Palavras-chave: voto branco, voto nulo, abstenções, eleições legislativas de 1994 a 2014

Abstract

This article has as objective to analyze the influence of level of education and poverty on the variation of voter behavior in the legislative elections in Mozambique from 1994 to 2014. The research part of the evidence that there is a trend of voter behavior change over the elections already held in Mozambique. In this sense, we tried to evaluate the determinants for this behavioral change. The methodology was mixed (qualitative and quantitative), based on electoral data from 1994 to 2014, relating to two variables: level of education and the level of poverty in the country. The survey results indicate that the variation of the Mozambican electorate behavior are related to the low levels of education levels and high levels of poverty.

Keywords: white vote, null vote, abstentions, legislative elections 1994-2014

Introdução

A cada ano eleitoral em Moçambique a Comissão Nacional de Eleições, bem como o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral, promovem campanhas com vista a sensibilizar o eleitor a participar nos pleitos eleitorais, por meio do exercício consciente do voto, destinado aos partidos apresentados ou a legendas, decidindo desta forma o futuro do país. Contudo, se verifica desde as eleições de 2004 um crescimento da não participação eleitoral por parte dos eleitores ativos nas eleições legislativas.

É neste contexto que esta pesquisa pretende investigar quais fatores tem, possibilitado a expansão do comportamento eleitoral alienado em Moçambique pós-democratização e para isso procuramos relacionar tais dados com indicadores socioeconômicos. A questão de fundo, que motivou este estudo, é se a pobreza e a educação estimula, retrai ou não afeta no nível de

abstenção, votos nulos e em branco nas eleições legislativas no país. Partimos da ideia na qual, quanto mais pobre o eleitorado maior tende a se absterem nas eleições legislativas, e quanto menos alfabetizado tende a votar em branco e nulo. Para melhor entendimento do assunto, a abstenção; os votos brancos e nulos serão agrupados na mesma categoria, a da alienação¹⁷ eleitoral. Apesar de ser um procedimento polêmico usaremos este conceito por ele agrupar a não participação materializada na abstenção, bem como a participação materializada nos votos brancos e nulos.

Do ponto de vista teórico, utilizamos a teoria da escolha racional para entender a relação entre o comportamento eleitoral alienado, educação e a pobreza. Utilizamos uma metodologia mista (qualitativa e quantitativa) na análise. A pesquisa foi desenvolvida com uma base de dados secundários, isto é, dados oficiais sobre os indicadores socioeconômico disponível nos sites do Ministério de Planificação e Desenvolvimento (MPD); Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH); Instituto Nacional de Estatística (INE) (); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Utilizamos, também, os resultados eleitorais agregados, disponíveis no órgão de gestão eleitoral Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) e Comissão Nacional de Eleições (CNE). Nestes termos, fizemos associação da medida de produtividade qualitativa e quantitativa, que foram os resultados eleitorais de Moçambique e as condições socioeconômicas relacionadas com os processos eleitorais.

A pesquisa teve o cunho analítico pelo fato de ter usado a pesquisa bibliográfica do debate sobre alienação eleitoral desenvolvido por Santos (1987); Lima (1990); Nicolau (2002a, 2003b); Figueiredo (2008); Borba (2008); Ramos (2004a, 2006b, 2009c). A análise dos dados baseou-se em uma modelagem estatística e na construção de tabelas e gráficos, que permitiu a interpretação, criando correlações. Sendo assim, este trabalho possui a seguinte estrutura: além desta introdução, a segunda parte é reservada a um breve debate sobre o comportamento eleitoral alienado. Na terceira parte fizemos uma breve apresentação sobre os resultados relativos a participação eleitoral e a alienação eleitoral, na quarta parte são apresentados e analisados os dados empíricos sobre a relação existente entre pobreza e abstenção eleitoral e a relação existente

¹⁷ Para melhor adequação ao nosso estudo usaremos o termo comportamento eleitoral alienado.

entre o nível educacional e os votos nulos e brancos em Moçambique e a última parte reservada as considerações finais.

Um Debate Sobre o Comportamento eleitoral alienado

Estudos mostram que nas democracias representativas o voto é uma condição preponderante da participação política. Este pressuposto assenta-se na ideia de que primeiro a participação eleitoral é uma das formas de participação que envolva um maior número de cidadãos em regimes democráticos e segundo que esta é uma das formas de participação exercida com frequência que varia de 4 ou 5 anos, dependendo do país (LEWIS BECK, 1988). Portanto, há um crescimento do comportamento alienado do eleitor ativo nos regimes democráticos a exemplo do que se vê em Moçambique onde este fenômeno tem oscilado desde 1994 até as últimas eleições de 2014.

Para Ramos (2004a, 2006b, 2009c), as democracias representativas contemporâneas são caracterizadas por eleições frequentes dos seus representantes, onde o processo eleitoral possui dois distintos resultados preliminares, tais como: o total de votos válidos, e o somatório de votos brancos, nulos e abstenções designado por comportamento eleitoral alienado¹⁸. Portanto, nem todos os eleitores ativos participam nas escolhas dos seus representantes nas eleições legislativas, ou seja, existe uma tendência atualmente do eleitorado aptos a votar, alienar seu voto, seja por fatores, políticos, ecológicos ou socioeconômico. Nota-se, especialmente desde a década noventa, que o nível de abstenção eleitoral, bem como os votos nulos e brancos nas democracias representativas tem atingido números alarmantes quer na Europa, Estados Unidos, América Latina e África¹⁹.

Sendo o voto em democracias representativas uma condição fundamental da participação eleitoral e a evolução da não participação eleitoral, materializada nas taxas de abstenção e a participação eleitoral materializada nos votos em branco e nulo, denominado por comportamento eleitoral alienado²⁰, este fenômeno é visto no cenário da democracia representativa como um problema para legitimidade dos representantes e das instituições democráticas (COSTA, 2007; FILGUEIRAS, 2008). Entretanto, a alienação eleitoral é um elemento crucial da deslegitimação da democracia representativa, pois na medida em que

¹⁸ Por um lado o comportamento eleitoral alienado pode ser resultado de falhas mecânicas (como a não familiaridade com o boletim de votos por parte dos indivíduos que exercem seu voto pela primeira vez, à posição do partido no boletim de voto, entre outras falhas), por outro lado incapacidade de acesso e a distância entre a residência e o local de votação e o clima, este conjunto de possibilidades não representam a escolhas, mas sim restrições.

¹⁹ Ver em, Justel (1995); Perea (1999); Lane e Ersson (1987); Freire (2000) e Magalhães (2002) e Wattenberg (1999 e 2000) e Brito (2007) sobre dados de vários países.

²⁰ Autores como Santos (1987); Silva (2014); Costa (2006) designam por Alienação Eleitoral.

somente uma minoria exerce seu poder cívico efetivamente, há uma maioria que opta por um comportamento alienado, ou seja somente uma minoria legitima o processo democrático. No contexto moçambicano, este fenômeno começa ser mais evidente em 2004, onde o comportamento eleitoral alienado foi de 73%, ou seja, somente 37% participaram de forma efetiva na escolha dos representantes.

No que concerne à participação eleitoral na vertente da alienação eleitoral, se manifesta através de duas modalidades de voto (branco e nulo). Existe uma discordância em relação aos teóricos especializados sobre seu significado. De um lado, temos autores favoráveis à tese dos votos brancos e nulos como expressão de protesto e de descontentamento do eleitor (SANTOS 1987; BORBA, 2009). De outro, há pesquisadores que defendem que esses votos são reflexos da baixa sofisticação política do eleitorado, que se materializaria, em parte, nas dificuldades cognitivas para operar de maneira correta a urna eletrônica ou cédulas eleitorais (NICOLAU, 2002a; 2003b).

O nível da não participação eleitoral se tem tornado um fenômeno universal, atingido maior proporções em democracias representativas, onde o voto é facultativo²¹. Porém, apesar da sua magnitude, não há um consenso na literatura em relação ao significado deste fenômeno. Duas razões explicativas: 1- a literatura sustenta a necessidade de determinados índices de não participação eleitoral para a estabilidade do regime democrático, Almond e Verba (1963); Lipset (1967), 2- olham o fenômeno com preocupação, apontando indícios de desgaste social, apatia e desinteresse pela política (VITULLO, 2001a; 2002b; KINZO, 2005).

Podemos afastar o pré-conceito do comportamento eleitoral, e mencionar o termo não participação, que envolve aqueles que não participaram diretamente da escolha de seus representantes políticos, uma vez que estão inseridos no contingente de eleitores aptos a participar do processo de votação, tido como abstenção eleitoral. A abstenção, que aparece em muitos estudos como uma variável de menor magnitude, tende a crescer em países onde o voto é facultativo em detrimento dos países onde o voto é obrigatório, pois neste contexto o voto é um poder-dever e não direito. Neste sentido, a abstenção inclui não apenas os eleitores inscritos, mas sim todos os cidadãos e cidadãs que estão aptos a participar nos pleitos eleitorais e não o

²¹Uma visão, tanto dos debates internacionais, quanto aos dados sobre comportamento eleitoral alienado em Moçambique veja em Terenciano (2016); Brito (2007); Silva (2014); Costa (2006); Santos (1987) e Ramos (2004a, 2006b, 2009c).

fazem, em situações onde o voto é facultativo este eleitorado ativo tende decidir votar ou não dependendo das suas condições socioeconômicas.

Teóricos como Santos e Figueiredo afirmam que a não participação eleitoral é, por um lado, uma consequência mental ou cultural de qualquer sociedade e, por outro lado, é eminentemente uma ação técnica, onde as pessoas participam quando e se as suas ações são compreendidas, por elas mesmas, como sendo capazes de produzir resultados esperados, ou seja, os cidadãos só participam em pleitos eleitorais quando acreditam que suas ações serão efetivadas (SANTOS, 1987; FIGUEIREDO, 1991). Em relação a este fenômeno, Lima (1990), faz menção a ideia de “comportamento eleitoral alienado”, como sendo aqueles eleitores que compreendem e vivem de forma consciente o cenário político e que por algum motivo decidem não participar no âmbito da escolha dos seus representantes.

Esta suposição em torno do comportamento eleitoral alienado²² está centrada na política, onde a motivação dos interesses e valores é muito prática, ou seja, está relacionada à ação. Os resultados políticos são baseados por algum valor, onde as consequências dos atos nem sempre condizem com as intenções dos agentes (RAMOS, 2004a). Para Ramos (2004a, 2006b), esta segunda suposição resulta do caráter prático do político: desde os votos validos depositados quanto a alienação eleitoral são comportamento dos eleitores. E por último, a terceira suposição, centra-se na ideia que a intenção e os resultados não são opostos.

No entanto, apesar das motivações que cada fenômeno que constitui o comportamento eleitoral alienado seja oposto entre si (votos nulos genericamente são relacionados a protesto, votos em brancos, ao desinteresse, e abstenções, a rejeição aos candidatos, sistema, ou ao comodismo), o impacto causado pelo comportamento eleitoral sob o distanciamento da legitimidade do sistema representativo é idêntico para as três formas avançadas de ação (RAMOS, 2004a).

Em torno deste debate, sobre votos validos e alienação eleitoral, podemos referir que o voto valido é a presença de escolha dos representantes pelos eleitores, e a alienação eleitoral é a falta da escolha dos representantes, sendo que toda ação social é sujeita a uma intenção, então

²²O termo alienação eleitoral em Ramos (2004a, 2006b, 2009c) é denominado por “alheamento eleitoral”

se torna fundamental observar o comportamento do eleitorado alienado (votação por meio de voto branco, nulo e abstenção) ligado a comportamento político (apatia e protesto), e, por conseguinte as possíveis motivações (alienação, satisfação ou insatisfação política), que são dimensões subjetivas do processo político (RAMOS, 2006b, 2009c).

Entretanto, algumas características são importantes serem avançadas para explicar a ideia de alienação eleitoral no contexto moçambicano: 1º, Os votos em branco e nulo representam a correlação existente entre a baixa sofisticação política e baixo índice de escolaridade Santos (1987); Ramos (2004a); Figueiredo (1991); Lima (1990), e 2º Abstenção, que é a não participação do eleitor ativo no processo eleitoral, que está associada ao fator da pobreza, principalmente aos eleitores de baixa renda (SANTOS, 1987; BRITO, 1995).

Neste contexto, o voto em branco e o voto nulo apresentam uma não escolha. Ressalte-se que a doutrina costuma distinguir entre os eleitores que votam nulo, aqueles que o fazem deliberadamente e os que o fazem por ignorância ou erro, sem consciência da impropriedade de sua escolha (RAMOS, 2004a, 2009c). Em relação à anulação intencional de votos, agrupa-se um determinado comportamento de insatisfação política do eleitor ativo em relação aos seus representantes. Por último, a abstenção se determina por um não comparecimento do eleitor ativo e escrito nas urnas no dia da votação, e é uma clara demonstração de apatia ou protesto eleitoral em relação às instituições democráticas, bem como a não identificação do eleitorado com o candidato ou partido.

As primeiras abordagens sobre esse fenômeno centravam-se principalmente no procedimento de aglutinação em um único fenômeno, a alienação de distintos comportamentos do eleitorado (os votos brancos, nulos e as abstenções), para os quais se estabeleceu uma mesma base causal (LIMA JÚNIOR, 1990). Segundo o autor, pode-se objetivar, no entanto, que a interpretação do comportamento eleitoral alienado, na medida em que agrega manifestações eleitorais diferentes, esteja equivocada do ponto de vista dos fatores determinantes da alienação. Ou, simplesmente: o que leva o eleitor a se abster não é exatamente o que leva o eleitor a votar em branco ou a anular o voto (LIMA JÚNIOR, 1990).

O estudo de Jairo Nicolau (2002a, 2003b) problematiza os votos brancos e nulos, e defendem a tese de que, principalmente os votos nulos, devem ser compreendidos como resultado da baixa sofisticação do eleitorado, especialmente no aspecto da escolaridade. Para o autor, isso fica evidente ao comparar as taxas de votos nulos antes e depois da instauração da urna eletrônica, quando se verifica uma queda substancial dos votos brancos e nulos. No contexto moçambicano onde o nível de população alfabetizada e vivendo na pobreza ainda é muito maior, sendo que a maior parte do eleitorado se encontra vivendo sob esses problemas, pode ser um fator importante para perceber o crescimento do comportamento eleitoral alienado, onde a dificuldade de manusear as cédulas eleitorais faz com que muitos votos sejam anulados por erro na escrita ou pintura no nome do partido bem como o absentismo.

De um lado, alienação eleitoral entende-se como a manifestação num processo de eleições, onde os indivíduos, aptos e escritos para exercer seu poder de escolha dos representantes políticos não o fazem, por outro lado entende-se, por alienação eleitoral a ausência de uma escolha dos representantes em determinada eleição, de indivíduos que, aptos a votarem, por variadas razões, não o fazem, ou seja, ou se abstêm, ou votam nulo ou em branco (COSTA, 2007; RAMOS, 2009b). Contudo, podemos afirmar que os autores alegam que as variáveis ligadas a idade, renda e condições ecológicas estão diretamente ligadas a abstenção eleitoral, enquanto que, a escolarização, as questões técnicas e de regras institucionais estão ligadas a participação materializada através do voto branco e nulo.

O que nenhum dos trabalhos acima ostentou como variável de análise as condições socioeconômicas e de que forma esta pode influenciar na, não participação, bem como na participação materializada nos votos brancos e nulos. É notória uma expressiva literatura internacional sobre o chamado “voto econômico” Kiewiet (1983); Lewis-Beck (1988); Kinder, Adams e Gronke (1989); Duch (2001) e seu impacto principalmente no plano do comparecimento eleitoral Downs, (1999); Aldrich (1993), tais análises ainda não foram devidamente incorporadas ao estudo do tema do comportamento eleitoral alienado em Moçambique.

Key Junior (1966), explica que os estudos sobre as teorias do voto racional, partem da premissa, que é: se o crescimento econômico vai bem, os representantes ganham os votos; em contra partida, se o crescimento econômico vai mal, os indivíduos podem alienar seu voto ou votar em novos representantes. Esta tentativa teórica e epistemológica de reduzir o eleitor a um mero juiz que busca punir e recompensar seus representantes é uma forma quase frágil de

analisar o comportamento político e eleitoral (FIGUEIREDO, 2008). Contudo, a partir desta lógica, é possível associar o exercício do voto, não o mero sentido julgador, mas como uma ação que pretende ser instrumental, ou estratégica de ponto de vista do eleitor.

Um indivíduo racional de ponto de vista de Downs, se comporta da seguinte forma:

[...] Ele sempre pode tomar uma decisão quando confrontado com uma série de alternativas; Ele classifica todas as alternativas na ordem de sua preferência; Seu ranking de preferência é transitivo; Ele sempre escolhe entre todas as alternativas possíveis, aquela que fica em primeiro lugar no ranking ordenado de preferência; Ele sempre toma a mesma decisão quando é confrontado com as mesmas alternativas [...] (DOWNS, 1999, p: 28).

Mais uma vez, o elemento economia, é um vetor importante para explicar o não comparecimento eleitoral (MONROE, 1979; KIEWIET, 1983; KRAMER & GOODMAN, 1975). Desta forma, podemos nos referir que em uma sociedade onde o voto é facultativo, as pessoas tendem a recorrer à alienação²³ dependendo das condições de existência, como é o caso da escolaridade, pobreza, índice de satisfação com o governo, podem determinar na escolha dos eleitores, ou de participar politicamente e eleitoralmente escolhendo seus representantes, ou simplesmente recorrendo a alienação eleitoral nos moldes que está sendo apresentada neste estudo.

Neste contexto todos os que tomam decisões racionalmente incluindo (partidos políticos, grupos de interesse e governos), presume-se que possuem as mesmas qualidades, isto é, a racionalidade. Portanto, um homem racional, sempre opta pela alternativa que lhe proporciona maior utilidade, ou seja, consideramos que a sua decisão apresenta os pressupostos

²³Seria basicamente o contrário da síndrome de alienação política que foi apresentado por Figueiredo, citando Robert Lane (1962, p. 162). Que postulam as 3 síndromes de alienação? Postulam a ideia segunda qual, o indivíduo ou eleitor perante o cenário político, assume que: 1 – eu sou objeto e não sujeito da vida política, eu não tenho influência e não partido, porque politicamente falo em voz passiva; 2- o governo não cuida e nem administra no meu interesse; 3- Eu não aprovo o processo de tomada de decisão, as regras são injustas, ilegítimas. Destacamos com maior ênfase a segunda síndrome, que mais se enquadra na ideia de que, se a economia está bem, então não necessito participar, e se há variações na economia, então os eleitores, sobretudo os racionais, como estamos vindo enfatizar, votam para destituir o governo dia.

racionais, como a informação suficiente, previsibilidade, custo e benefício voltado para o jogo ótimo (DOWNS, 1999). Assim, um eleitor ao agir racionalmente leva em consideração os benefícios esperados, resultantes da atividade governamental para escolher o candidato ou partido que lhe trará a maior utilidade ou opta por alienar seu voto.

A decisão de participar de uma eleição ou não, o eleitor realiza um cálculo que inclui a tarefa de escolher um candidato, os custos referentes ao deslocamento e as possíveis vantagens que podem ser obtidas caso decida votar. Se tais benefícios esperados superarem os custos, o eleitor participa da eleição (DOWNS, 1999). Mas também, é possível associar a teoria do voto positivo, na medida em que os benefícios extraídos do ato de votar consigam compensar seu custo de votação, isto é, o eleitor tende a participar de forma constante quando suas ações são realizadas de alguma forma.

Das Abstenções, Votos Brancos, Nulos e Alienação Eleitoral em Moçambique

O Cenário político moçambicano inicia em 1975, com sua independência do regime colonialista. Entre 1975 até 1990, o país passou por períodos de intenso conflito derivado da guerra civil estabelecida entre duas forças políticas que procuravam através da luta armada assumir o controle do poder político: A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e a Resistência nacional Moçambicana (RENAMO).

Em 1990, após quase 16 anos de guerra civil é assinado um Acordo Geral de Paz²⁴ entre as duas principais forças políticas o que permite a Promulgação de uma nova Constituição que instaura o regime multipartidário que possibilitou o surgimento de novos partidos políticos e a realização das primeiras eleições multipartidárias em 1994. Desde então, foram realizadas 9 eleições²⁵, sendo 5 eleições Presidências conjugada com eleições e 4 eleições Municipais.

Nas primeiras eleições legislativas, concorreram 14 partidos²⁶, sendo que apenas três obtiveram votos suficientes para ultrapassar a clausula de barreira imposta pela legislação, para preencher os 250 assentos na Assembleia da República. Das cadeiras disponibilizadas 129 foram

²⁴ O Acordo Geral de Paz foi assinado em Roma em 4 de outubro de 1992 entre o partido-Estado (FRELIMO) e a RENAMO, que era o movimento de resistência, considerada como desestabilizador do País, que colocou o fim da guerra civil em Moçambique de 1976-1992.

²⁵ As eleições presidenciais e legislativas foram realizadas nos seguintes anos: 1994, 1999, 2004, 2009 e 2014; as Municipais em: 1998, 2003, 2008 e 2013.

²⁶ Ver em Brito (1995); Terenciano e Sousa (2016)

ocupados por deputados eleitos pela FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), 112 pela RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique) e 9 foram ocupados pela UD (União Democrática de Moçambique)²⁷, os 11 partidos restantes alcançaram conjuntamente 12,7% do total dos votos, sem que nenhum tenha alcançado a cláusula de barreira de 5% exigida pela lei eleitoral²⁸ oriunda do Acordo Geral de Paz, no seu Protocolo III. Portanto, desde as eleições de 1994 é possível notar uma evolução e oscilação em torno das abstenções, votos nulos e brancos como se pode observar na Tabela 1:

Tabela 1: Participação absoluta e relativa as Abstenções, votos brancos, nulos e alienação eleitoral nas eleições legislativas em Moçambique: 1994-2014²⁹

Anos	Abstenção		Votos brancos		Votos nulos		Alienação eleitoral	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
1994	744.544	13%	457.382	3%	173.691	7%	1.375.617	23%
1999	2.345.711	30%	463.011	11%	239.172	5%	3.047.894	46%
2004	5.820.100	63%	166.560	5%	110.062	5%	6.096.722	73%
2009	5.503.405	56%	349.499	8%	143.893	8%	5.996.797	72%
2014	5.721.478	52%	445.371	8%	245.145	2%)	6.411.994	62%

Fonte: CNE. Elaborado pelo autor (2016)

Como se pode observar na Tabela 1, entre 1994 e 2004, houve um crescimento acentuado na taxa de alienação eleitoral, principalmente a abstenção eleitoral, passando de 13% em 1994, para 30% em 1999 e 63% em 2004 e reduzindo para 56% e 52% em 2009 e 2014 respectivamente.

A explicação para essa redução do índice de abstenção eleitoral, nas últimas duas eleições é que, primeiro, em 2007, houve um registro eleitoral de raiz e foram eliminados os cadastros de muitos eleitores que já haviam perdido a vida e continuavam na lista dos eleitores aptos a votarem, segundo, os idosos que já não tinham condições de participar nas eleições e terceiro, os eleitores que mudaram de residência e que teriam duplo cadastro, possibilitando assim um

²⁷ União Democrática de Moçambique, que foi uma coligação que teve em voga se juntar entre partidos pequenos para alcançar a cláusula de barreira. Ver em Terenciano e Souza (2016)

²⁸ Ver a legislação eleitoral de 1994.

²⁹ Números de eleitores escritos em: 1994 – 6.148.842; 1999 – 7.099.105; 2004 – 9.142.151; 2009 – 9.890.655 e 2014 – 10.964.377.

maior controlo da Comissão Nacional de Eleições, sobre os reais eleitores inscritos e reduzindo deste modo à possibilidade de um aumento artificial de total de eleitores aptos a votar.

Evolução da participação eleitoral nas eleições legislativas em Moçambique

Autores como Nicolau (2002a, 2003b); (Brito) 2006; Figueiredo (1991); Filgueiras (2008); Mazula (1995a, 2006b) argumentarem que os diferentes tipos de sistema político-partidário possibilitam a maior ou menor participação eleitoral, concretamente afluência nas urnas de voto, sendo, entre esses fatores, as regras eleitorais, bem como o regime de voto (obrigatório ou facultativo) existente. Pois alguns autores alegam que em regimes de voto facultativo o nível de participação eleitoral tem reduzido ao longo dos anos, mas existem estudos que também mostram que em países onde o voto é obrigatório também há essa tendência de redução da participação de eleição à eleição.

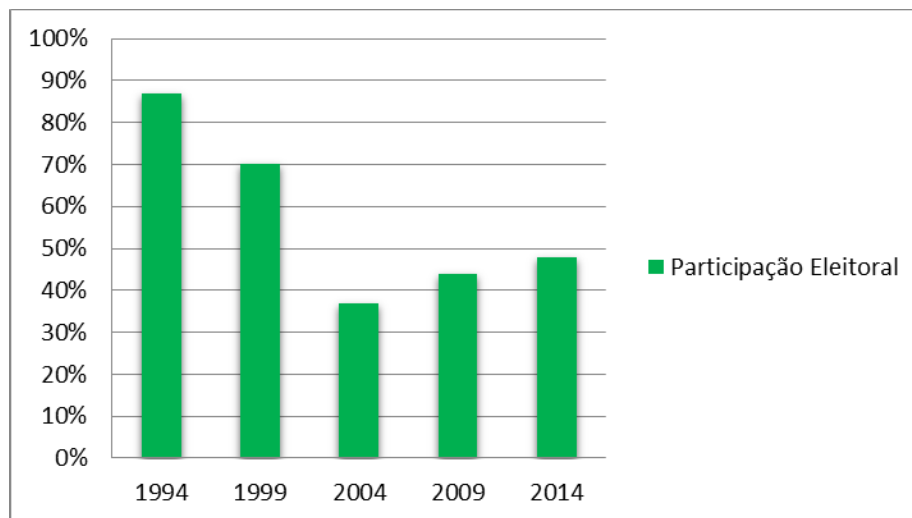
Porque a nossa análise é baseada nos resultados das ações não participativas agrupadas em três categorias (votos em branco, votos nulos e abstenções) que pode se dar por diferentes motivos, a alienação eleitoral, precisa ser contextualizada em situações empíricas específicas para que sua explicação se torne clara de acordo com o cenário que se pretende analisar. Os autores utilizados referem-se a sistemas eleitorais de voto obrigatório³⁰ e alguns se referem ao voto facultativo, daí que, consideramos importante na discussão no cenário político Moçambicano³¹ devido ao crescimento progressivo do comportamento eleitoral alienado nas eleições legislativas em Moçambique.

No contexto moçambicano, onde o regime de voto é facultativo, é visível essa tendência decrescente e contínua da participação eleitoral em relação ao comportamento eleitoral alienado, ao longo das eleições, onde podemos afirmar que o número de participação eleitoral desde 2004 tem sido baixo em relação a não participação eleitoral, o que não têm chegado a atingir os 50%. Isto quer dizer que há um decréscimo nos níveis de participação eleitoral em Moçambique em uma linha oscilatória, conforme observaremos no Gráfico 1:

Gráfico 1: Participação Eleitoral relativa as eleições legislativas em Moçambique no período de 1994-2014

³⁰Ver em Borba (2008); Ramos (2009c) e Silva (2014).

³¹ Sistema eleitoral de voto facultativo.



Fonte: CNE, Elaborado pelos autores (2016)

As dinâmicas da participação eleitoral em Moçambique são adversas, e em cada pleito eleitoral teve variações em termos dos percentuais de participação. Ora, nas eleições fundadoras de 1994, que instituíam a democracia multipartidária, a participação dos eleitores inscritos foi de 87%, isso nas onde a abstenção eleitoral situou-se em torno de 13%. Esta tendência se manteve até as segundas eleições de 1999, onde houve uma participação de 70% dos potenciais eleitores, com a abstenção eleitoral a situar-se em 30%. Alguns estudos desenvolvidos por Mazula (1995); Brito (2005); Siteo (2006); Nuvunga (2010), afirmam que, essa tendência de nível de participação deveu-se a vários fatores. De um lado, as eleições de 1994 e 1999, e os eleitores votavam pela paz, ou seja, para pôr fim definitivo da guerra que assolou Moçambique por cerca de 16 anos, e por outro lado as pessoas foram movidas pela vontade de exercer seu poder de voto pela primeira vez, onde o trabalho levado a cabo pelas instituições nacionais e internacionais no âmbito da educação cívica³² foi fundamental para essa tendência (MAZULA, 1995; MAIA, 1995; NAMBURETE, 1995).

Essa tendência de maior nível participação teve seu auge do declínio nas eleições de 2004, onde a participação eleitoral foi de 37% dos potenciais eleitores, tendo a abstenção eleitoral chegado a atingir 73%. Isso mostra por um lado, que as pessoas se fizeram presente no processo de registro eleitoral, mas não exerceram seu poder cívico de ir votar por alguma razão.

³² Por um lado, a CNE disponibilizou uma equipa de 1.600 agentes de educação cívica, por outro lado as diversas confissões religiosas e ONG's também criaram equipas de agentes de educação cívica, que trabalharam em paralelo. Ver: in Mazula, (1995).

Acadêmicos como Brito (op. cit) e Nuvunga (op. cit) advogam que o declínio na participação eleitoral nas eleições de 2004 estão ligadas a dois pressupostos todos eles relacionados aos problemas ecológicos. Por um lado, os problemas ecológicos é uma explicativa relevante para compreender a baixa participação eleitoral, sendo que estas eleições decorreram num cenário de chuvas intensas ao longo do todo país. Por outro lado, a não atualização dos cadernos eleitorais fez com que existisse a duplicação do número de eleitores ativos nos cadernos eleitorais.

Em relação ao nível de participação nas eleições de 2009 e 2014, se nota um crescimento mais ou menos significativo em relação às eleições de 2004, onde o nível de participação foi de 44% e 48% respectivamente. Neste contexto, se verifica que a abstenção ainda continua num nível acentuado, ou seja, a participação materializada nos votos (validos, nulos e brancos) ainda continua inferior aos 50%, sendo que em 2009 e 2014 a abstenção se situou em 56% e 52% respectivamente. Consideramos que essa redução insignificante das abstenções nas últimas eleições, pode ser explicada pelo fato de que em 2007, ocorreu novamente um registro eleitoral de raiz, o que possibilitou a eliminação de cadastros duplos bem como de eleitores que já haviam perdido a vida e os idosos que já não tinham condições de exercer seu ato cívico, possibilitando assim a redução da abstenção eleitoral. Vis-à-vis aumento da participação eleitoral.

Evolução da Alienação Eleitoral nas Eleições Legislativas em Moçambique

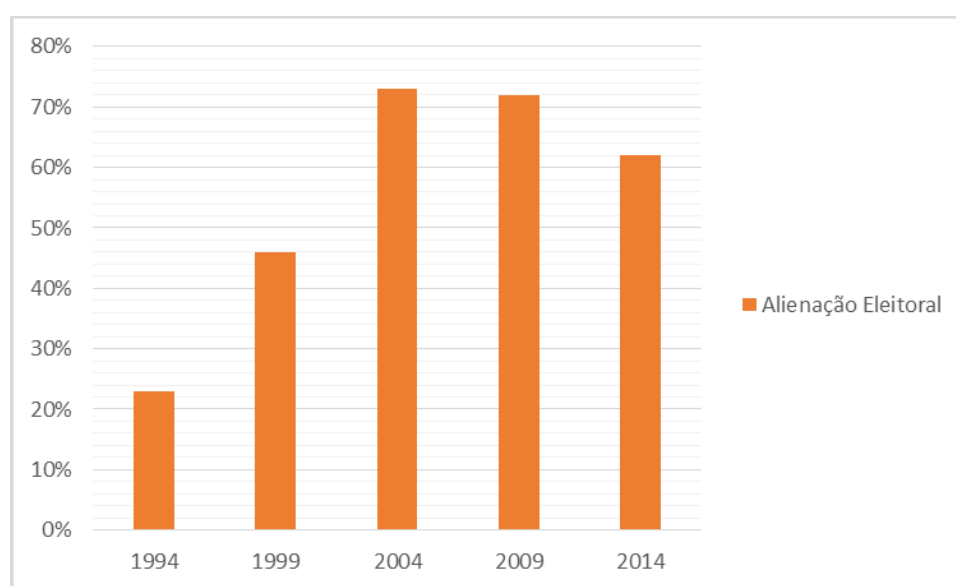
Desde as primeiras eleições legislativas de 1994, há uma indicação de redução da participação eleitoral em Moçambique, onde o nível de abstenção, votos em branco e nulo têm crescido de forma regular. Este crescimento, de certa forma revela um desinteresse dos cidadãos em relação ao sistema político, que também pode ser um sintoma de crise do sistema democrático representativo (BRITO, 2010).

De acordo com Lewis Beck (1988), existe uma tendência generalizada em países onde o voto não é obrigatório, de ocorrer redução da participação popular em pleitos eleitorais ao longo do tempo. Na Europa, por exemplo, por volta da década de quarenta, a participação rondava em torno dos 86%, apresentando decréscimo em torno de 78% a 80% nos anos 1990, desde então veem descendo de eleição a eleição, concretamente nos anos 2000 (LEWIS BECK, 1988). Para o caso de Moçambique, onde o voto é facultativo, a participação eleitoral foi de 87% em 1994, descendo para 70% em 1999, passando para 37% em 2004, sendo que em 2009 e 2014 a participação eleitoral se situou em 44% e 48% respectivamente, podemos assim dizer que ao

longo das eleições já realizadas, o comportamento alienado dos eleitores tem oscilado de forma significativamente³³.

Este fenômeno, sobre comportamento alienado é notável nas eleições moçambicanas pós-democratização, com um percentual de 23% em 1994, em 1999 tendo ocorrido o dobro do percentual de 1994 em relação a alienação eleitoral isto é 46%, passando para 73% e 72% nos anos 2004 e 2009 respectivamente e em 2014 tendo se fixado em 62%, como vemos no Gráfico 2:

Gráfico 2: Participação relativa da Alienação Eleitoral, nas eleições legislativas em Moçambique, entre 1994-2014³⁴



Fonte: CNE. Elaborado pelo autor (2016)

Observe que, Moçambique há uma tendência de crescimento oscilatório do comportamento eleitoral alienado em relação à participação eleitoral, apesar das oscilações percentuais em cada pleito eleitoral, ainda continua sendo maior o número dos eleitores que tende a optar por alienar seu voto durante as eleições. Para Ramos (2004a, 2006b) são vários motivos que influencia o eleitor ao alienar seu voto desde os fatores políticos, ecológicos e socioeconômicos como já havíamos referenciado anteriormente.

³³ De acordo com os dados da Comissão Nacional de Eleições as taxas de abstenção, votos brancos e nulos nas eleições legislativas em Moçambique foram de: 1994 -13%, 3% e 7%; 1999-30%, 11% e 5%; 2004-63%, 5% e 5%; 2009-56%, 8% e 8% e por fim 2014-52%, 8% e 2% respectivamente.

³⁴ A percentagem da abstenção foi calculada tendo em conta o número total de votantes e a percentagem de voto branco e nulo foi calculada de acordo com os votos contidos na urna.

Alguns estudos levado a cabo por Mazula (1995); Siteo, (2006) Brito, (2010) consideram que as organizações internacionais bem como as nacionais³⁵ foram importantes para que as primeiras bem como as segundas eleições em Moçambique fossem realizadas em um ambiente cordial o que permitiria o seu Sucesso, pois para estes autores, as primeiras como as segundas eleições multipartidárias em Moçambique eram vista, não só como uma mudança da conjuntura política, social, mas também, como meio da efetivação e consolidação dos acordos de paz celebrados em Roma, assinado em 1992, no âmbito do fim da guerra civil que durou quase 16 anos, por isso o n' nível de alienação foi muito baixo em relação as outras eleições como podemos ver no Gráfico acima.

De acordo com Figueiredo (1991), os indivíduos participam no ato eleitoral, quando suas ações são compreendidas, por elas mesmas, e que tem a capacidade de produzir resultados desejados, ou seja, alienação eleitoral tende a ser maior quando o nosso voto nas eleições anteriores não teve nenhum impacto na nossa vida. No contexto moçambicano pós-democratização, nota-se um maior nível de alienação eleitoral em relação ao nível de participação eleitoral desde 2004 nas eleições legislativas.

Um olhar sobre os determinantes socioeconômicas do comportamento do eleitor

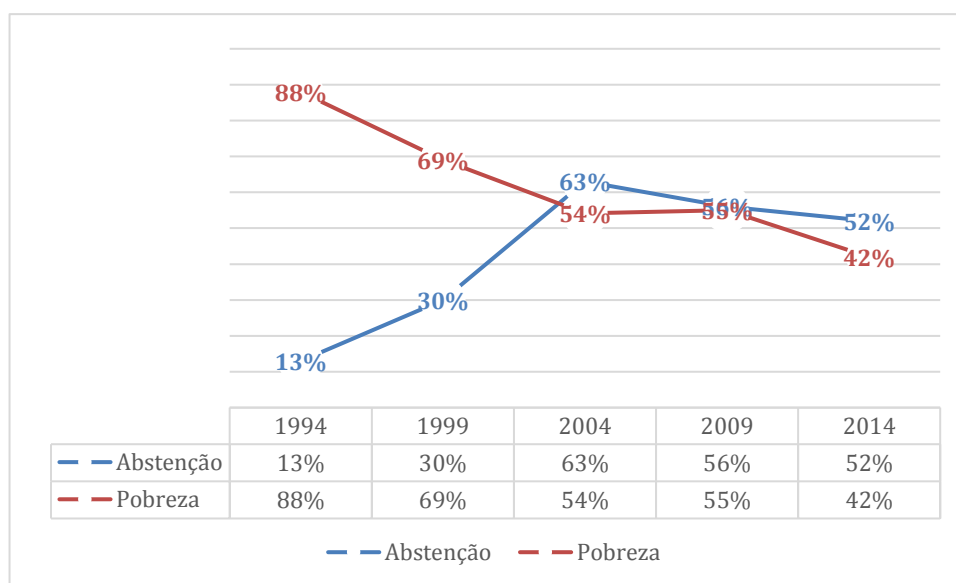
Moçambicano

Para Santos (1987) a abstenção bem como os votos nulos e brancos estão associado as condições socioeconômicas dos indivíduos, privilegiando, sobretudo, o aspecto educacional e renda. A escolarização bem como a renda, tem sido apontada como fatores que predispõe favoravelmente o indivíduo para a participação política. Nas eleições legislativas de 2009 e 2014 em Moçambique o nível de educação aumentou e o da pobreza reduziu e ao mesmo tempo a alienação eleitoral também sofreu uma ligeira redução, conforme ilustra o Gráfico 3 e 4. Podemos assim afirmar que, a melhoria de condições de vida (redução da pobreza) bem como o nível elevado de escolaridade, permite com que os níveis de alienação eleitoral reduzam de forma significativa. Estas explicações já tinham sido fundamentadas teoricamente por Santos (1987) que mostra que os níveis de escolaridade e a redução da pobreza são elementos chaves para explicar a variação e redução dos índices de alienação.

³⁵Programas de educação cívica do STAE e CNE; de algumas ONG's como AWEPA, NDI, Fundação Friedrich Ebert, CARITAS; PNUD; ONUMOZ; Santo Egídio; National Democratic Institute; SARDC, CSC, ONU.

A visão econômica do comportamento eleitoral é sustentada, principalmente, pela intrínseca ligação existente entre as condições socioeconômicas que se encontra aliada na possibilidade dos representantes eleitos serem responsabilizados pelo crescimento e desenvolvimento socioeconômico dos representados (Martins, 2010). Desta forma, podemos considerar que o fator econômico, influencia na maior ou menor abstenção eleitoral, no âmbito da escolha dos representantes, nas eleições legislativas em Moçambique, conforme observaremos no Gráfico 3:

Gráfico 3: Relação relativa entre nível da população vivendo na Pobreza e abstenção eleitoral nas legislativas em Moçambique.



Fonte: CNE; MPD –INE 2013, Elaborado pelo autor (2016)

O fenômeno do comportamento eleitoral alienado em Moçambique encontra-se dividido em dois momentos, sendo o primeiro que vai de 1994 a 1999 onde este fenômeno é relativamente baixo mesmo tendo a pobreza em níveis alarmantes, neste primeiro momento os eleitores afluíram em massa nas urnas com vista a efetivar o processo de acordos de paz que passava por meio de realização das primeiras eleições multipartidárias bem como na expectativa de ver suas condições melhorarem. No segundo momento que parte de 2004 até as últimas eleições em 2014 podemos notar uma racionalidade do eleitor que vendo suas condições não melhorarem opta por alienar seu voto.

Esses resultados permitem, ilustrar até que ponto a pobreza é um elemento crucial na participação política, no geral, e em particular as eleições. Para Santos (1987), esse exercício é, em parte, condicionado pelo acesso às cabines de votação, extensão territorial e pelo grau de urbanização que representam custo de deslocamento do potencial eleitor, mas fatores socioeconômicos influenciam significativamente na alienação eleitoral.

Podemos compreender a partir do Gráfico 3, que apesar do nível acentuado da pobreza 88% em 1994, a abstenção eleitoral em Moçambique foi de 13%, isto deveu-se a mudança da conjuntura política nacional, com implementação do sistema multipartidarismo e com conseqüente realização das primeiras eleições em 1994, fez com que a abstenção fosse baixa mesmo tendo o nível de pobreza extrema. Teóricos como Mazula (1995); Maia (1995); Namburete (1995); Brito (1995); Siteo (2006,) afirmam que a comunidade internacional, os líderes tradicionais, os agentes de educação cívica, bem como as instituições governamentais tiveram um papel preponderante para a maior afluência dos eleitores nas 1^{as} eleições, para além desses autores difundirem a ideia na qual, o voto de cada cidadão poderia mudar o futuro de Moçambique, os eleitores ativos vinham esse processo como um meio de melhoria das suas condições de vidas afetadas pela guerra civil que durou aproximadamente 16 anos.

Em 1999, é possível perceber como os eleitores ativos, em tese devido a não melhoria das suas condições de vida, começam abster o seu voto de forma gradual, onde podemos confirmaram um aumento acima dos 100% de eleitores em relação às eleições de 1994, passando deste modo dos 13% para 30%, com o nível de pobreza a manter-se ainda elevado 69% ou seja em relação a 1994 a pobreza reduziu num percentual de 19%, o que podemos assim dizer, que os eleitores que não sentiram o impacto da redução da pobreza nas suas vidas, se absterem, pois como referenciado por Martins (2010); Santos (1987); Figueiredo (2008); Downs (1999), tais eleitores tende a escolher seus representantes em função da melhorias das condições que se fizeram sentir na última vez em que exerceu seu dever cívico. Nota-se que em 1999, uma gradual relação entre o nível de pobreza e o aumento da abstenção, nas eleições legislativas em Moçambique.

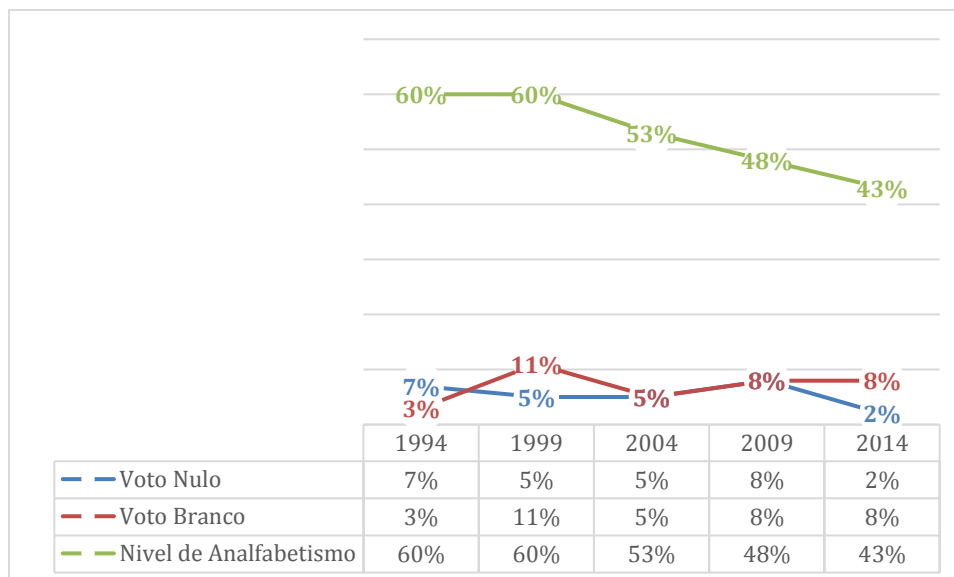
Em 2004 e 2009, a abstenção eleitoral nas eleições legislativas foi de 63% e 56% respectivamente. Esse aumento considerável deveu-se ao nível de pobreza que ainda se situa acima dos 50%, sendo que em 2004 a pobreza era de 54% e em 2009 a pobreza era de 55%, nota-se uma subida insignificante da pobreza em 2009 em relação a 2004, contudo, apesar da pobreza ter reduzido em 15% em relação a 1999, ainda continua alta nível, o que poderá ter levado os eleitores a se

absterem, pois as suas condições de vida não terá melhorado de forma significativa. Estudos desenvolvidos por Santos (1987); Lima (1990); Nicolau (2003); Silva (2013), alegam que a taxa de abstenção eleitoral tem como um dos fatores determinantes, o retorno esperado da participação eleitoral anterior, pois o eleitor encontra-se numa relação de custo-benefício no momento de exercer seu voto, sendo a melhoria das condições socioeconômicas um fator que predispõe favoravelmente o indivíduo a participar nas eleições.

Em relação ao período de 2014, podemos notar que por um lado temos uma redução da pobreza para o nível inferior a 50%, e por outro lado temos uma redução da abstenção. Contudo, notamos no Gráfico 3, que o nível de pobreza reduziu num percentual de 13% em relação ao período de 2009, passando desta forma a se situar em 42%, e ao mesmo tempo notamos uma redução da abstenção em 4% em relação a 2009, ou seja a melhoria insignificativa de condições de vida de alguns eleitores ativos possibilitou em tese na redução da abstenção de forma ligeira. Desta forma, notamos aqui que a melhoria das condições socioeconômica pode influenciar na abstenção eleitoral, esta ideia também sustentada por autores como Santos (1987); Key (1966); Figueiredo (2008); Borba (2008); Silva (2013), na qual as pessoas tendem a recorrer à abstenção eleitoral dependendo das condições socioeconômicas, bem como a insatisfação do eleitor ativo em relação ao representante (candidato ou partido). Sendo assim, podemos afirmar que a pobreza é um fator importante na influência do comportamento do eleitor.

Como já havíamos referenciado, o voto em branco e o voto nulo apresenta uma não escolha. A doutrina costuma distinguir, dentre os eleitores que votam nulo, aqueles que o fazem deliberadamente e os que o fazem por ignorância ou erro, sem consciência da impropriedade de sua escolha, em relação à anulação intencional de votos, agrupa-se um determinado comportamento de insatisfação política do eleitor ativo em relação aos seus representantes (RAMOS, 2009a). Portanto, podemos considerar que o fator educacional, influencia na maior ou menor ocorrência de votos nulos e brancos, nas eleições legislativas em Moçambique, conforme observaremos no Gráfico 4:

Gráfico 4: Relação relativa entre a nível da população analfabeta e voto branco e nulo nas legislativas em Moçambique



Fonte: CNE, MINED-INE 2014, Elaborado pelo autor (2016)

Como se pode verificar no Gráfico 4, há uma correlação oscilatória entre o fator educacional e a variação dos votos nulos e brancos nas eleições legislativas em Moçambique. Apesar de um alto nível da população analfabeta 60% em 1994 e 1999, os votos nulos passaram de 7% em 1994 para 5% em 1999 e os votos em brancos de 3% para 11% respetivamente, isto se deve a baixa sofisticação do eleitorado, pois este processo requer um mínimo de conhecimento em relação ao manuseio dos boletins eleitorais, sendo que o eleitorado moçambicano nestas eleições é composto maioritariamente por eleitores analfabetos, poderá ter levado à esses níveis de votos nulos e brancos, nota-se uma redução de votos nulos e ao mesmo tempo um crescimento de votos em branco nas eleições de 1999 em relação as de 1994, sendo que o percentual de eleitores analfabetos se mantem. Autores como Santos, (1987); Lima, (1990); Nicolau, (2003b) são consensual ao alegarem que, a baixa sofisticação do eleitorado, especialmente no aspecto escolaridade, tende a cometer falhas mecânicas devido a não familiaridade com o boletim de voto por parte dos indivíduos que exerceram seu voto pela primeira vez.

Nas eleições de 2004 e 2009 e 2014 o voto branco nas eleições legislativas passou de 5% para 8% nos dois pleitos eleitorais e de 5% para 8% em 2009 e 2% em 2014 número de votos nulos. Nota-se uma queda de votos brancos em relação as eleições de 1999 e uma queda em torno dos votos nulos em relação às eleições anteriores a 2014, isto se deve a uma redução da população analfabeta em 17% de 1994 para 2014, podemos assim afirmar que existe uma relação

entre o nível de escolaridade e os votos nulos e brancos, pois é possível verificar no Gráfico 4, pois se verifica, que quanto mais escolarizado o eleitor moçambicano, menor tende a ser o número de votos nulos e brancos, num contexto de voto facultativo que são as eleições moçambicanas. Estudos levado a cabo por Santos (1987); Lima (1990); Ramos (2009); Silva (2013), mostram que, os votos em branco e nulo representam a correlação existente entre a baixa sofisticação do eleitorado e baixo índice de escolaridade.

Considerações finais

Este artigo procurou analisar o comportamento eleitoral, buscando perceber porque os eleitores tende a alienar cada vez mais seu voto através dos votos (brancos, nulos e abstenções), nas eleições legislativas em Moçambique de 1994 a 2014. A motivação principal para realização desenvolvimento dos argumentos do presente artigo realização foi o crescimento significativo da alienação eleitoral no cenário das eleições legislativas em Moçambique, tendo atingindo uma percentagem máxima de 67% em 2004, e se mantendo ainda em acima de 50% nas eleições de 2009 e 2014.

Buscamos assim na nossa análise, fazer uma relação entre a pobreza e abstenção eleitoral bem como uma relação entre o nível de escolaridade e os votos nulos e brancos, com vista a perceber até que ponto a pobreza e a escolaridade influência no comportamento dos eleitores ativos, ou seja, o comportamento eleitoral (alienação eleitoral) se relaciona com o nível de desenvolvimento socioeconômico. Assim, o comportamento eleitoral alienado pode ser explicado, também, em função do contexto socioeconômico, no qual as condições sociais objetivamente vividas explicam as atitudes e o comportamento político dos eleitores ativos.

Partimos da ideia de que o voto implica uma escolha, no processo de adesão a participação eleitoral, onde o contexto socioeconômico onde os indivíduos estão inseridos pode determinar uma maior ou menor adesão ou o posicionamento político do eleitor. Os resultados da pesquisa sustentam que as condições socioeconômicas, concretamente a pobreza e a escolaridade explica, em uma grande parte, doo fenômeno da alienação eleitoral, embora existam outros fatores que influencia este fenômeno da alienação para cada eleição.

Portanto, fica claro que, nas eleições legislativas do período de 1994 a 2014, a variável estabelecida para este trabalho não é a única possível e tão pouco, por si só, explica as taxas de alienação eleitoral. O que se procurou demonstrar é que a pobreza e a escolaridade são um dos

fatores chaves para explicar manifestação do comportamento eleitoral por parte dos eleitores ativos ao longo das eleições legislativas em Moçambique, num cenário de voto facultativo.

Em suma, o que se pode afirmar das duas questões levantadas, na qual se centrava na influência da pobreza e o nível de escolaridade no comportamento eleitoral, podemos concluir que foi possível notar uma relação de causa e efeito, de que a abstenção bem como os votos nulos e em brancos estão relacionados com o elevado nível de pobreza do eleitorado, a baixa sofisticação do eleitorado, especialmente nos baixos níveis de escolaridade

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDRICH, John. H. Rational choice and turnout. **American Journal of Political Science**, vol.37, n.1, 1993.

ALMOND, G. & VERBA, S. **The civic culture: political attitudes and democracy in five nations**. Princeton: Princeton University Press, 1963.

BORBA, J. As bases sociais e atitudinais da alienação eleitoral no Brasil. In: **Debates**, v. 2, p. 134-157, 2008.

COSTA, H. de O. **Democracia e representação política no Brasil: uma análise das eleições presidenciais (1989-2002)**. Porto Alegre: Sulina. Natal: Ed. UFRN, 2007.

DE BRITO, L. Sobre a barreira dos 5% e do método de conversão dos votos em Mandatos, **EISA Electoral Institute of Southern África**, Maputo, 2005.

_____. “O Comportamento Eleitoral nas Primeiras Eleições Multipartidárias em Moçambique”. In MAZULA, Brazão (org.), **Moçambique, Eleições, Democracia e Desenvolvimento**. Maputo, 1995, p.473.

_____. **O sistema eleitoral: Uma dimensão crítica da representação política em Moçambique**, IESE, Maputo, 2010.

DOWNS, A. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

DUCH, R.M., & STEVENSON, R.T. **The Economic Vote: How Political and Economic Institutions Condition Election Results**. New York: Cambridge University Press, 2008.

FILGUEIRAS, Fernando. **Corrupção, Democracia e Legitimidade**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do Voto: Democracia e Racionalidade**. São Paulo. Editora Sumaré, ANPOCS, 1991

GOODMAN, Saul, and KRAMER, Gerald H. Comment on Arcelus and Meltzer, the effect of aggregate economic conditions on congressional elections, **American Political Science Review**, 69:1255-1265, 1975.

LEWIS-BECK, M.S. **Economics and Elections: The Major Western Democracies**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1988.

LIMA JÚNIOR, O. B. A alienação eleitoral e seus determinantes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 14 anos 5, 1990. Disponível em: Acesso em Maio 2016.

LIPSET, Seymour. **O homem político**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1967.

MARCONI, Marina & LAKATOS, Eva. **Metodologias do Trabalho Cientificam: Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório publicações e trabalhos científicos**. 7ª Ed. 3ª Reimpressão. São Paulo Atlas. 2009.

MAIA, Juarez de. “O projecto de Educação Cívica no Processo Eleitoral Moçambicano”. In MAZULA, Brazão (org.), ed. **Moçambique, Eleições, Democracia e Desenvolvimento**. Maputo, 1995, p.159.

MAZULA, Brazão. “As Eleições Moçambicanas: Uma trajetória da Paz e da Democracia”. In MAZULA, Brazão (org.), ed. **Moçambique, Eleições, Democracia e Desenvolvimento**. Maputo, 1995, p.25.

_____. “Democracia, Eleições e Medias: O caso das Eleições de 2004”. In MAZULA, Brazão (org.), **Moçambique, Eleições Gerais 2004: um olhar do Observatório Eleitoral**. Maputo, Imprensa Universitária 2006.

MONROE, K.R., **Presidential Popularity and the Economy**. New York: Praeger, 1984.

NAMBURETE, Eduardo. “A imprensa no processo de democratização de Moçambique”. In MAZULA, Brazão (org.), **Moçambique, Eleições, Democracia e Desenvolvimento**. Maputo, 1995, p.231.

NICOLAU, Jairo. A participação eleitoral no Brasil. Working Paper Series, University of Oxford Centre for Brazilian Studies, 2002. Disponível em: <http://www.brazil.ox.ac.uk/data/assets/pdf_file/0018/9405/Nicolau26.pdf>, acessado em Maio de 2016.

_____. “A participação eleitoral no Brasil”. In **A Democracia e os três poderes no**

Brasil. VIANNA, Luiz Werneck (org). Editora UFMG/Iuperj/Ucam/ Fapesp,2003.

RAMOS, P. N. Alheamento eleitoral: reflexões sobre o significado de votos em branco, votos nulos e abstenções na teoria política contemporânea, **Mediações**, Brasília, 14(1), 2009, p. 170-199.

_____. **Partidos aliados em eleição presidencial no Brasil: análise das coligações vencedoras em 1994, 1998 e 2002.** Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

_____. **Alheamento eleitoral: legitimidade democrática e o significado de votos em branco, votos nulos e abstenções.** Mimeo, Brasília, 2006.

PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano em Moçambique. Disponível em <<http://www.pnud.org.mz>>>. Acesso em: Abril de 2016.

SANTOS, W. G. **Crise e castigo: partidos e gerais na política brasileira.** Rio de Janeiro: Editora Vértice/IUPERJ, 1987.

SILVA, R.; GIMENES, E. R.; BORBA, J.; RIBEIRO, E. A. Votos Brancos e nulos no Brasil: bases cognitivas e atitudinais. **Teoria & Pesquisa**, 23(2), 2014, p. 58-75.

SITOE, Eduardo, Abstenções: “Perspectivas e Desafios para a Consolidação da Democracia”. In MAZULA, Brazão (org.), **Moçambique: Eleições Gerais 2004, Um olhar do Observatório Eleitoral**, Maputo, 2006, p.156.

TERENCIANO, F., SOUZA, C. **Competição Política e Geografia Eleitoral em Moçambique (1994-2014).** Dissertação (Mestrado em Ciência Política), IFCH, UFPA, Belém, 2016.

VITULLO, Gabriel. **Reflexiones sobre la calidad de la democracia brasileña.** Nuestro Mundo. n.1, Buenos Aires, Argentina, 2001.

_____. “Participación Electoral, Comportamiento político e Desestruturación Social em Argentina e Brasil”. In: BETINA, L (org.), **Crisis y conflictos em capitalismo latino-americano.** Lecturas Políticas. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

KIEWIET, D. Roderick. **Macroeconomics & Micropolitics: the Electoral Effects of Economic Issues.** Chicago, Illinois: University of Chicago Press, 1983.

KINDER, Donald R., ADAMS, Gordon S. & GROKE, Paul W. Economics and Politics in the 1984 American Presidential Election. **American Journal of Political Science**, 33:491-515, 1989.

KINZO, Maria D’Alva Gil. Os partidos no eleitorado: percepção pública e laços partidários no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.20, n.57, fev. 2005.

KEY, V.O. **The Responsible Electorate: Rationality in Presidential Voting 1936-1960.** Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1966